



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

LAERCIA PEREIRA BAPTISTA

**ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU: UM DIAGNÓSTICO SOBRE A
COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU (2011-2019)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LAERCIA PEREIRA BAPTISTA

**ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU: UM DIAGNÓSTICO SOBRE A
COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU (2011-2019)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

LAERCIA PEREIRA BAPTISTA

**ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU: UM DIAGNÓSTICO SOBRE A
COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU (2011-2019)**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 03/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Karl Gerhard Seibert (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Carla Craice Da Silva (Avaliadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Avaliador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	GUINÉ-BISSAU: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, GRUPOS ÉTNICOS E QUESTÕES ECONÔMICAS	7
3	CONTEXTO HISTÓRICO DO CAJUEIRO NA GUINÉ-BISSAU	8
4	PRODUÇÃO DO CAJU NA GUINÉ-BISSAU	9
5	COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU	11
6	IMPACTOS DA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU NA ECONOMIA NACIONAL	15
7	GERADORA DE EMPREGO	16
8	IMPACTO DA INSTABILIDADE POLÍTICA NA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU	18
9	OBJETIVOS	19
9.1	OBJETIVO GERAL	19
9.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
10	JUSTIFICATIVA	20
11	METODOLOGIA	21
12	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25
	ANEXO	27

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende estudar a economia da Guiné-Bissau tomando como referência a comercialização da castanha de caju, visto que é o principal produto de exportação do país. Nesta sequência, Mendes et al (2015, p.16), explica que “Economia estuda a maneira de administrar os recursos disponíveis com objetivo de produzir bens e serviços, e de distribuí-los para o seu consumo entre os membros da sociedade”. Portanto, pode-se dizer que a economia é a ciência que tem por objetivo organizar e facilitar a vida da população, por outro lado, auxiliar no crescimento econômico da sociedade, a partir dos seus próprios recursos.

Para Djaló (2013, p.49) crescimento econômico é um fator primordial no processo de desenvolvimento socioeconômico de um país. E nessa mesma linha de pensamento, Nhaga (2017, p.1) ressalta que “a expectativa hoje em dia de qualquer país do mundo é o crescimento econômico capaz de impulsionar o desenvolvimento em prol do bem-estar desta população, a partir dos recursos naturais existentes”.

Antes de mergulharmos especificamente no próprio assunto em questão, faz-se necessário introduzir o conceito do comércio, a fim de ajudar em ilustrar e contextualizar melhor o trabalho. De acordo com os apontamentos do Ministério da Educação brasileira (2000, p.4), “o comércio essencialmente troca, troca econômica, compra e venda de bens, serviços e/ou valores por outros bens, serviços e/ou valores, intermediada hoje em dia, em sua quase totalidade, ela moeda ou documento que a represente”.

Por outro lado, segundo ensinamentos de Sousa e Siedenbenberg (2008, p.11), comércio é um dos mecanismos mais adequado que o homem encontrou para poder satisfazer as necessidades das sociedades e dos indivíduos, depois da produção dos seus produtos, isto quer dizer que, fazendo trocas de mercadorias com pessoas de outras localidades, vai ajudar não só no bem-estar das comunidades e dos indivíduos que nela habitam, mas também no alcance de outros produtos ou bens que não são produzidos naquela comunidade.

No que se refere a comercialização, Betanho e Fernandes (2016, p.29) sublinham que “[...] a comercialização é mais que vender. Visto que, comercializar indica que uma coisa, a oferta, foi disponibilizada para uma pessoa acessá-la e adquiri-la.”

Diante do exposto, a campanha de *cucu de cadju*¹ na Guiné-Bissau, conforme a explicação de Nhaga (2017, p.40), é uma troca direta de arroz ou dinheiro que os comerciantes locais fazem com os produtores da castanha de caju. Como sabemos, normalmente essa troca é feita da seguinte forma: os produtores de caju se deslocam com as suas castanhas até os locais onde os comerciantes se encontram, estes por sua vez pesam as castanhas numa balança e partir daí, perguntam para os produtores se preferem dinheiro ou arroz. A partir dessa concepção podemos dizer que essa “troca” influencia ou incentiva os produtores de caju a produzirem cada vez mais, porque, com o dinheiro, conseguem satisfazer algumas necessidades básicas como comprar comida, roupas etc. Já o arroz como se sabe, é um alimento indispensável nas refeições do povo da Guiné-Bissau.

Neste contexto, a pesquisa tem como foco principal a comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau, tendo como ponto o ano de partida 2011, ano em que o país se tornou um dos maiores produtores do mundo, o 2º produtor do continente africano e 4º produtor mundial². Por outro lado, o propósito deste trabalho consiste em conhecer os principais motivos da desvalorização dos outros produtos nacionais visto que, esses produtos uma vez adicionada com a castanha de caju, podiam diversificar mais a produção agrícola nacional.

Todavia, para encontrarmos respostas das nossas indagações, o presente trabalho utilizará como guia o método qualitativo, no qual serão explorados vários documentos, dissertações de mestrados, relatórios de consultores que abordam o assunto em questão, como por exemplo, os do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na fase posterior, serão realizadas entrevistas durante a pesquisa de campo na Guiné-Bissau.

¹ Designação da comercialização de castanha de caju em crioulo da Guiné-Bissau

² Ver em: <http://pt.rfi.fr/guine-bissau/20160919-caju-e-o-ouro-da-guine-bissau>. Acessado em 20.08.19

2 GUINÉ-BISSAU: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, GRUPOS ÉTNICOS E QUESTÕES ECONÔMICAS

De acordo com Benzinho e Rosa (2015), a Guiné-Bissau é um país que fica situada na costa ocidental do continente Africano, faz fronteira ao norte com a República do Senegal, ao leste e sul com a Guiné-Conakry e oeste é banhado pelo oceano Atlântico. Possui uma extensão de 36.125 Km² e é formado por uma parte continental e a outra insular como no caso do arquipélago dos Bijagós que engloba mais de noventa ilhas. Tem um clima predominantemente tropical com características marítimas sendo muito quente, húmido e com duas estações distintas: a estação seca, de novembro a abril, e a estação das chuvas, de maio a outubro. Em termos administrativos, o país se divide em oito regiões que são: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali e o setor autónomo, de Bissau, a capital.

No que tange diversidade étnica, a Guiné-Bissau é composta por 30 grupos étnicos diferentes (GUINÉ-BISSAU, 2018), um país tão rico culturalmente, pois cada grupo étnico tem a sua própria língua de comunicação e costumes distintos. Nessa perspectiva, segundo Benzinho e Rosa, as etnias com maior expressão na Guiné-Bissau, segundo os censos de 2009, são: os Fula (28,5% da população) Balanta (22,5%), Mandinga (14,7%), Papel (9,1%), Manjaca (8,3%), Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagós (2,15%), Felupe (1,7%), Mansoanca (1,4%) e Balanta Mane (1%), enquanto as etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de (1%) da população guineense e (2,2%) assume não pertencer a qualquer etnia.

Diante dessa variedade étnica e linguística, existe uma língua de união que é a língua guineense (crioulo) que atualmente está ganhando força, pois muitos jovens e crianças desconhecem as suas línguas étnicas maternas. Entretanto, mesmo com essa variedade linguística, conforme dissemos anteriormente, o país adotou a língua portuguesa como sendo a sua língua oficial.

Como já referido, em termos econômicos, a Guiné-Bissau depende economicamente da exportação da castanha de caju, que representa mais de 90% das exportações, mais de 60% do PIB e cerca de 17% das receitas do Estado. Essa dependência, se dá, provavelmente, devido ao facto dos cajueiros dominarem a

Após a chegada da semente de caju (fruto) no continente africano, tornou um dos produtos de importante papel económico, na saúde, na educação, na cultura, outrossim, como a fonte de renda dos países produtores e a fonte das receitas para os Estados destes países. A planta tornou uma espécie circum tropical nestes continentes, dada as ótimas condições climáticas a sua conveniência, capaz de promover as condições necessárias para o crescimento e a produtividade da planta, isto é, em condições normais do ambiente – quando não ocorrer os efeitos negativos dos agentes externos (pragas, nuvens de poeiras, etc.) (NHAGA, 2017, p.20).

Aqui percebe-se, que esta árvore fruteira tem ajudado alguns países africanos e asiáticos, onde é cultivada em grande escala, em todos os aspectos da vida social. Entretanto, um desses países africanos em que essa fruta já é considerada como um “diamante” é na Guiné-Bissau, devido a sua importância tanto na economia nacional como na vida das populações guineense.

Em termo histórico, o caju, ou melhor a sua semente, ao chegar a Guiné-Bissau, “foi distribuído em todas as administrações e postos portugueses, atuais trinta e dois sectores que compõem o país, porém, em termo de melhores resultados de adaptação e de contribuição da sua maior potencialidade, tem sido verificado nas regiões do litoral (Cacheu, Biombo e Oio)”. (NHAGA, 2017, p.19-20).

4 PRODUÇÃO DO CAJU NA GUINÉ-BISSAU

Compreender o motivo que levou a Guiné-Bissau a se tornar um dos maiores produtores da castanha de caju do mundo, isto é, entre o 5^o e o 9.^o produtor mundial, conforme fontes diferentes, é necessário conhecer o clima, solo e a paisagem do país. De acordo com Benzinho e Rosa (2015), os cajueiros dominam a paisagem do país. E estima-se que o caju cobre 4,8% do território nacional, ou cerca de 180.000 ha. E que estatisticamente cada guineense produz uma média de mais de 53 kg de caju bruto por ano (GUINÉ-BISSAU, 2010).

Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2017), a produção de caju na Guiné-Bissau começou a crescer durante a década de 1980, e a produção anual também subiu ao longo dos anos até chegar aproximadamente a 200 mil toneladas. Neste contexto, de acordo com Mendes (2010), em 1995, o país produziu 49.400 toneladas, e já em 2005, a produção subiu para 115.000 mil toneladas, o que mostra que houve um crescimento anualmente de 10% no total. Entretanto, na

perspectiva de Nhaga essa se deu graças às condições climáticas favoráveis e à constante expansão de novas árvores no país.

Na visão de Djaló (2013, p.61), o plantio do caju é muito ruim no país, devido à falta de formação e conhecimento dos agricultores, como também a sua colheita é extremamente precária, pois isso acaba dificultando o amadurecimento e o crescimento dos cajueiros, porque estes são semeados diretamente, usando sementes e espaçamento aleatoriamente. Por outro lado, o mesmo autor afirma que a Guiné-Bissau é o único país dos produtores de caju que não utiliza nenhum tipo de agrotóxico na plantação dos cajueiros. Por conseguinte, isso se verifica, porque o país tem boas condições climáticas e de solo para o cultivo de caju, e isso permite plantar a semente, sem nenhum uso de produtos químicos ou de outros tratamentos derivados. Portanto, por não serem usados produtos químicos e a sua variedade em termos de tamanho e região plantada, permite-lhe ser mais forte contra as doenças provocadas pelas Antracnoses e Oidium, em comparação com outros países produtores como o Brasil, a Índia, Moçambique, etc. (Djaló 2013 apud SNV, 2011).

De acordo com o relatório do FMI (2017), a produção do caju é formada por três camadas sociais distintas que são as seguintes: a primeira são os muitos pequenos agricultores familiares que produzem e colhem a castanha de caju, em seguida vem os intermediários, que a compram nas mãos dos produtores e depois a vendem aos exportadores e por último, são os exportadores da castanha, entre os quais os indianos dominam 80% do mercado.

Entretanto, mesmo com essas dificuldades acima citado por Djaló (2013), o país conseguiu ocupar o quinto lugar no ranking da produção mundial de castanha de caju e o segundo maior exportador do continente africano, depois de Costa de Marfim que, tem uma produção estimada em 130 mil toneladas métricas em 2008 (MENDES, 2010).

Portanto, essa conquista se deu graças a algumas regiões do país que produzem o caju em grande quantidade: em primeiro lugar, a zona norte, ocupando assim 55% da totalidade da área plantada de cajueiro e onde 88% dos camponeses estão ocupados com esta plantação numa média de 1,3 ha por cada exploração. Em seguida, vem a zona leste representando 27% da superfície plantada de cajueiros, mas pouco mais de metade da sua população (56%) está relacionada com esta plantação, numa média de 1,4 ha por exploração. Por último, a zona Sul e o

Arquipélago dos Bijagós ocupam 18% da totalidade da superfície de cajueiros do país, implicando 58% dos seus camponeses, numa média de 2,2 há por cada exploração (O CAJU DA GUINÉ-BISSAU, 2004).

Normalmente, a colheita do caju é realizada no mês de junho. Contudo essa colheita é efetuada principalmente por mulheres e crianças, pois os homens dedicam mais na venda da castanha de caju. Entretanto, como podemos observar, a comercialização da castanha de caju envolve quase toda a família dos agricultores sem exceção. Também durante essa colheita os agricultores contratam pessoas para lhes ajudar nos serviços. Em outras palavras, existem no país duas categorias de produtores de caju: os pequenos produtores que são responsáveis por cerca de 80% de castanhas produzidas no país, em toda a família dos produtores se envolvem e outro tipo de produtores que popularmente são denominados de “ponteiros”, mais evoluídos onde a mão-de-obra é contratada. (MENDES,2010).

5 COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU

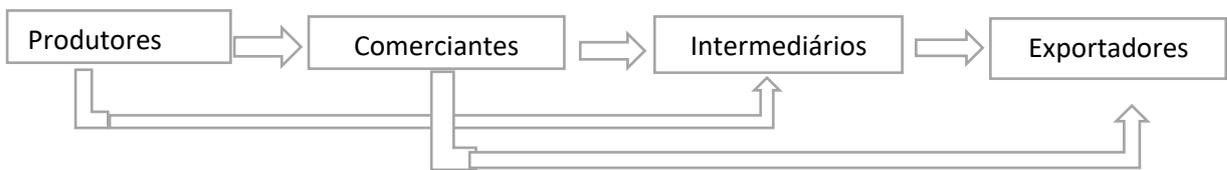
Segundo Djaló (2013), quando se fala de ouro, marfim, cobre, prata e até mesmo de diamante, na Guiné-Bissau saiba de que todos se referem ao caju, porque é o recurso natural mais valorizado dentro do território da Guiné-Bissau.

Neste sentido, um dos meios que o Governo da Guiné-Bissau encontrou para tirar proveito e também ajudar a população (produtores) é controlar a comercializar e exportar a sua castanha, na qual, estipula os preços mínimos cada ano para compra e venda da castanha de caju e, por outro lado, faz propagandas nos meios de comunicação, televisão e principalmente nas rádios, para que os produtores se atualizem.

No entanto, de acordo com o apontamento de Nhaga (2017), como já referido, essa comercialização é realizada pelos intermediários do processo que são produtores, comerciantes estrangeiros e nacionais, para o qual o Estado lhes atribuí um alvará do comércio. O alvará lhes permite explorar só numa determinada zona do país e estes, por sua vez, fazem trocas direta com arroz ou em dinheiro com os produtores da castanha de caju, principalmente aqueles que produzem em grande quantidade. O mesmo autor explica que nesse comércio tantos os pequenos como os

grandes produtores ficam prejudicados, particularmente os pequenos produtores, pois os intermediários normalmente não respeitam o preço que o Estado estabelece para a compra da castanha, e isso acontece porque os produtores não conseguem ter contato direto com os exportadores da castanha de caju, pois estes normalmente se instalam na capital, Bissau. Por outro lado, os produtores não conseguem negociar o preço, devido ao estado degradado de sua castanha, e os intermediários aproveitam esse deslize para comprar por um preço menor. Um outro fator realçado pelo autor tem a ver com falta de união entre os produtores da castanha de caju, isto é, a independência na venda da castanha pelos produtores da castanha, porque cada membro da família coloca o preço que achar melhor em função das suas necessidades pessoais. De acordo com Samate (2018), os preços da comercialização da castanha de caju são fixados pelo Estado com base na realidade dos agricultores e tendências do mercado internacional.

Figura 2 - Circuito de comercialização da castanha de caju



Fonte: Nhaga (2017, p. 40).

Aqui se percebe de uma forma mais clara que a comercialização da castanha de caju na Guiné Bissau não depende só do mercado internacional no que tange nas questões do preço a ser estipulado para compra do mesmo produto. Depende dos próprio guineenses intermediários que muitas vezes costumam enganar os pequenos produtores da castanha com argumentos banais a fim de obterem benefícios próprios.

Os produtores, por sua vez, ficam totalmente prejudicados, porque muito se espera duma boa comercialização da castanha de caju. Isto é, traçam plano de vida melhor, ou seja, muitos criam expectativas de que vão comprar roupas, sapatos, construir casas, pagar dívidas e muito mais com o dinheiro da campanha de caju, ou seja, comércio de caju, e por fim ficam totalmente decepcionados e frustrados, devido ao mau funcionamento e também a falta de fiscalização do comércio.

De acordo com o estudo O Caju da Guiné-Bissau (2004), os principais controladores dessa atividade são: instituições do Estado, instituições privadas, associações privadas e os operadores.

As instituições do Estado envolvidas são: Secretaria do Estado do Comércio, Ministério da Economia e das Finanças, Ministério do Equipamento Social e das Obras Públicas, Ministério da Justiça, Administração dos Portos da Guiné-Bissau (APGB), Ministério do Desenvolvimento Rural, Serviços da Emigração e Fronteiras, Polícia de Fronteiras, e Polícia de Trânsito.

Nesta sequência, faz-se necessariamente ilustrar as funções das instituições envolvidas no processo da comercialização do produto em debate, que são as seguintes:

- Secretaria do Estado do Comércio: Responsável pela Gestão global do comércio. Concebe políticas, as implementa e fiscaliza. Tem o poder político de atribuir anualmente os alvarás de Comercialização e de Exportação da Castanha de Caju, a fixação do preço base de comercialização.
- Ministério da Economia e das Finanças: intervém no comércio através das Alfândegas (cobranças de percentagem das exportações) e Contribuições dos impostos cobra as contribuições predial rústica, impostos toneladas e impostos marítimos.
- Ministério do Equipamento Social e das Obras Públicas é: garantir um bom estado das estradas e das telecomunicações, principalmente nos locais de ligação marítima garantidas pelas jangadas.
- Administração dos Portos da Guiné-Bissau (APGB): Entidade protegida no sentido de ser a única via de evacuação de toda a produção Nacional.
- Ministério do desenvolvimento Rural: intervém através da inspeção dos armazéns e certificação do produto Serviços da Emigração e Fronteiras: Por causa do mau funcionamento do serviço, qualquer estrangeiro pode chegar ao país com um visto de turista e intervir no negócio da castanha, sem a permissão.

- Polícia de Fronteiras: evitar o contrabando da castanha de caju nas fronteiras e garantir ou facilitar a evacuação do produto através de um único ponto: porto de Bissau.
- Polícia Trânsito: responsável pelo controle do transporte do produto.
- Ministério da Justiça: instituição responsável pela diminuição dos conflitos entre os operadores.

No entanto, o referido estudo O Caju da Guiné-Bissau (2004) mostra que as instituições financeiras que intervêm no negócio são: o Banco Central e o Banco da África Ocidental (BAO). E as associações privadas envolvidas são:

- 1) CCIA (Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura), a única instituição responsável pelo sector privado, mas agora depois da reforma interna cada sector tem a sua instituição.
- 2) ANAG (Associação Nacional dos Agricultores), instituição representativa dos plantadores de caju.
- 3) AGEX (Associação Guineense dos Exportadores da Castanha de Caju) é a associação guineense dos exportadores da castanha de caju, no entanto, ela é uma das instituições que entra em confronto com a ANAG na disputa de influências junto das instituições públicas relativamente à política e aos preços de base da comercialização da castanha.

Os operadores Intervenientes na comercialização da castanha de caju são:

- ✓ Camponeses
- ✓ Agricultores
- ✓ Intermediários
- ✓ Grossistas
- ✓ Exportadores
- ✓ Processadores

Por outro lado, existe a ACA (Aliança Africana do Caju), criada em 2006 e com sede em Acra, Gana, que é uma associação de empresas africanas e internacionais com um interesse na promoção de um setor africano do caju globalmente competitivo.

6 IMPACTOS DA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU NA ECONOMIA NACIONAL

Como referido, a economia da Guiné-Bissau tem como base principal, a produção do caju, porque é geradora de receitas de exportação, uma atividade que agrega quase toda a família tanto na produção como na comercialização da castanha de caju. Por conseguinte, ela tem quatro impactos macroeconómicos que são: injetar liquidez nos produtores, afeta o nível dos preços, fornece divisas estrangeiras ao país a partir das exportações da castanha de caju e por último, fornecedora ou geradora de receitas fiscais para o Estado. Atualmente, esta atividade representa 10% do produto interno bruto (PIB) e as vendas da castanha de caju são responsáveis por 90% de todas as exportações. Também os impostos e as taxas específicos do caju geram receitas de 10% das receitas públicas e os impostos gerais extras que não são contabilizadas (FMI, 2017).

Por outro lado, o país vive numa precariedade económica, devido a essa dependência da agricultura que representa cerca de 60% do PIB (INE,2010). Segundo os apontamentos de Djaló:

O governo guineense pouco tem feito para mudar a situação dos agricultores face aos organismos internacionais, por ser um Estado fraco e com pouco poder de decisão junto aos agentes financeiros internacionais, caso do BM³ e FMI.⁴ Cada vez mais, os dados mostram que com uma produção bem feita no setor do caju, o Estado guineense poderá pagar um ano de salário dos funcionários, já que, de longe, o pagamento dos salários dos funcionários públicos tem sido a principal dor de cabeça do governo, assim como poderá ser evitada a privatização de alguns setores relacionados à produção do caju e, ainda, ajudar de forma positiva os pequenos agricultores com créditos para a produção do caju. (DJÁLO,2013, p.92-93)

³ Banco Mundial.

⁴ Fundo Monetário Internacional.

Neste relato de Djaló, podemos refletir profundamente sobre essa problematização, pois como salienta, a produção de caju pode resolver vários problemas do país, um deles e mais sério é a falta de pagamento dos salários dos funcionários públicos, como se sabe, os funcionários trabalham e quando chega o fim do mês, o Estado frequentemente fala de que não tem como pagá-los.

7 GERADORA DE EMPREGO

De acordo com Nhaga (2017), o período da colheita de caju é uma época de estabilidade econômica em todas as classes etárias na Guiné-Bissau, apesar de ser temporário. Entretanto, durante esse período, aproximadamente três meses de campanha, emprega cerca de 560.000 pessoas nas zonas de plantações nos armazéns dos exportadores, nas balanças de comerciantes e nos transportes destinados à comercialização de castanha de caju etc.

A partir da concepção do Nhaga, podemos dizer ainda que durante a “campanha de caju”, muitas famílias conseguem “emprego temporário” tanto crianças, jovens como também os idosos que, conseqüentemente, conseguem ter uma vida estável pelo menos uns 3 a 6 meses (dependendo de despesas de cada família).

Todavia, os produtores não comercializam só a castanha de caju para os comerciantes, mas também transformam a polpa da fruta em suco que é um comércio muito comum na capital Bissau, normalmente vendido por mulheres e crianças que na sua maioria são oriundas das zonas rurais. Além disso, transformam a sua castanha em amêndoas, um processo muito difícil pois, exige muita energia e dedicação. Ainda transformam a polpa (líquido extraído da fruta) em “vinho tradicional” que depois vendem para os consumidores nacionais que na sua maioria são homens. Infelizmente, nos últimos anos, esse vinho que é transformado e vendido por mulheres na Guiné-Bissau, vem sendo muito desvalorizado, principalmente pelos jovens que habitam na capital, devido a não valorização dos produtos nacionais. Segundo os relatos das mulheres que vendem o vinho de caju, esse comércio gera mais rendimento do que a comercialização da castanha de caju, porque a comercialização

da castanha de caju depende muito do Governo da Guiné-Bissau e principalmente do mercado internacional.

De acordo com Mendes:

A castanha de caju é considerada produto do “período de escassez” de que dependem 70% dos agregados familiares das zonas rurais para a sua sobrevivência na medida em que é utilizada para a troca e ou venda para a aquisição de arroz no período de penúria alimentar antes das colheitas, assim como para a compra de outros bens alimentares, melhoria das condições de habitação, etc. O rendimento e a produtividade das principais culturas como o arroz, milho, feijão, etc., são realmente baixos e não conseguem cobrir a necessidade global das famílias durante os 12 meses do ano. (MENDES, 2010, p.24)

Diante deste cenário, percebe-se que a comercialização da castanha de caju não gera só um rendimento considerável e estável para a economia nacional, mas também gera emprego para a população, que se envolve numa forma direta ou indiretamente neste processo de comercialização. É importante salientar de que nesta atividade, isto é, da produção e comercialização de caju as crianças e idosos também trabalham duro para poderem garantir a sua sobrevivência por um certo período de tempo, porque essas duas faixas etárias são as mais atingidas pela fome e miséria, por isso, muitas famílias encaram esse trabalho como algo importantíssimo.

Só para terem noção da tamanha importância que a comercialização de caju tem na Guiné-Bissau: durante a colheita de caju que normalmente se inicia de mês de março a junho, muitos adultos e crianças na idade escolar decidem abandonar a escola para ajudar as suas famílias que vivem nas zonas rurais para poderem obter algum dinheiro. O Estado da Guiné-Bissau, por sua vez, na tentativa de fazerem com que essas crianças e adultos que decidem livremente ou por influência familiar abandonar a escola, promove campanhas de sensibilização na televisão, às vezes até de porta a porta, mas principalmente na rádio, pois a maioria da população guineense tem acesso à rádio, só para estes poderem voltar a escola, por vezes sem sucesso. Infelizmente, essa é uma das causas que mais contribui para o abandono escolar no país, porque muitas das vezes os jovens que vão para o interior do país para comercializar a castanha e até mesmo os que vivem no campo não pensam em voltar a estudar depois do término da comercialização de castanha de caju.

8 IMPACTO DA INSTABILIDADE POLÍTICA NA COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DE CAJU

Para compreender melhor os impactos da instabilidade política na comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau, é necessário primeiramente conhecer um pouco da trajetória política do país, pois, sabe-se, que este fenômeno é apontado por muitos críticos como sendo uma das heranças dos problemas mal resolvidos desde a luta de libertação nacional.

Como se sabe, a Guiné-Bissau conquistou a independência em 1973, mas só veio a ser reconhecida em 1974 por parte de Portugal. No entanto, de acordo com uma publicação da iniciativa a Voz di Paz (2010), para a Guiné-Bissau conquistar essa independência, foi preciso onze anos (1963-1974) de guerra de libertação contra a dominação colonial portuguesa. O mesmo texto salienta que essa mesma guerra carregou profundas sequelas económicas, infra estruturais, humanas, sociais, etc.

No que tange nas questões económicas, a Guiné-Bissau entrou para o mercado internacional da castanha de caju ainda antes da independência política. As primeiras exportações foram realizadas em 1966, altura em que se registrou a exportação de 770 toneladas (O Caju da Guiné-Bissau, 2004). Depois da proclamação independência do país, em 24 de setembro de 1973, o Governo da Guiné-Bissau na altura liderado por Luís Cabral, meio-irmão do fundador da nacionalidade cabo-verdiana e guineense, continuou também com a exploração do caju, criando vários projetos para transformação e comercialização tanto para o mercado interno como para mercado externo. Infelizmente, este lindo projeto acabou por água abaixo depois que seu governo sofreu um golpe de Estado que foi liderado por João Bernaldo Vieira⁵ vulgarmente conhecido pelo Nino, no dia 14 de novembro de 1980 (DJALO, 2013).

Como se não bastasse, em 1998/99, o país foi palco de uma terrível guerra civil, e a capital Bissau onde tudo aconteceu, por sua vez, ficou completamente arruinada. Um exemplo ilustrativo foi o edifício do palácio da República que foi destruído e só veio a ser reconstruído anos depois. Na perspectiva da iniciativa Voz di Paz (2010), essa guerra civil, popularmente denominado de 7 de junho, que durou onze meses foi uma crise política-militar mais violenta da história da Guiné-Bissau,

⁵ Joao Bernardo vieira foi presidente da República da Guiné-Bissau até 2009, data de sua morte.

resultado de uma tentativa de golpe de Estado dirigido pelo Brigadeiro Ansumane Mané. Na altura, João Bernaldo Vieira era o presidente eleito do país. Entretanto, segundo a mesma fonte, essa guerra teve como consequências mortes de milhares de pessoas, destruição da cidade de Bissau, como já exposto acima, rancor entre os guineenses e interrupções nos esforços de crescimento econômico.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, o relatório da União Europeia (2006) ressalta que a crise político militar de 1998/99, destruiu o país em todos os aspectos. Em outras palavras, o conflito causou enormes prejuízos em todos os sectores de atividades. No entanto, uma das várias atividades atingidas foi o patrocínio da campanha de caju, como salienta o relatório O Caju da Guiné-Bissau:

Sobre o financiamento da campanha de caju há uma constatação a fazer: até a Guerra de 1998, havia empresas nacionais com capacidade para buscarem crédito ao nível bancário, realizar suas operações de compra da matéria prima e vender o seu produto aos indianos. Após esta Guerra, a situação altera-se substancialmente. Os indianos passam a poder controlar toda a cadeia do pré-financiamento da castanha de caju, com todas as vantagens e riscos inerentes. (O caju da Guiné-Bissau, 2004, p.42)

Portanto, como Djaló (2013, p.50) relata, “é arriscado investir na Guiné-Bissau, havendo forte possibilidade de o país entrar numa guerra civil ou num outro golpe de Estado e Militar, sem contar com a falta de garantias da defesa da propriedade privada”.

Como podemos observar, no percurso histórico da Guiné-Bissau, os problemas políticos sempre acabam afetando o sector agrícola e o crescimento econômico do país, e esses problemas de instabilidade por incrível que parece continua presente até hoje na sociedade guineense.

9 OBJETIVOS

9.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar a partir da perspectiva etnográfica e social econômica a comercialização da castanha de caju e a sua relevância na economia nacional e o seu impacto na vida dos produtores, no período de 2011 a 2019.

9.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a história da introdução e promoção da produção da castanha de caju na Guiné-Bissau.
- Entender como ocorre o processo da comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau.
- Descrever a relevância da comercialização da castanha de caju para a economia nacional.
- Identificar os impactos da comercialização da castanha de caju na vida e economia dos produtores de caju.
- Contribuir para os estudos econômicos sobre a temática do comércio e da comercialização do caju em África e em especial a Guiné-Bissau.
- Conhecer os motivos que contribuíram para a desvalorização dos outros produtos nacionais, como por exemplo, o milho, a batata, manga na Guiné-Bissau.

10 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se justifica de forma geral em compreender e aperfeiçoar o conhecimento sobre a temática da comercialização da castanha de caju, visto que atualmente é o principal produto agrícola e de exportação da Guiné-Bissau⁶.

Diante disso, o meu interesse em abordar este tema surgiu repentinamente quando eu estava ouvindo noticiário na Radio France Internacional (RFI), que fala precisamente sobre o início da campanha de comercialização da castanha de caju.⁷ No entanto, como guineense e também pertencente a uma família de agricultores e produtores da castanha de caju, a notícia me fez lembrar de imediato das expectativas que os meus familiares que vivem nas zonas rurais, concretamente na região de Biombo e de Bolama, criam nessa época do ano, que muitas das vezes fica só nos seus imaginários devido a vários processos burocráticos e também os constantes

⁶ Ver em: <https://observador.pt/2018/10/02/quebra-no-negocio-do-caju-desacelera-crescimento-economico-na-guine-bissau/>

⁷ Início da campanha de comercialização de caju, disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/campanha-do-caju-arranca-com-novas-regras-na-guin%C3%A9-bissau/a-38251065>

problemas políticos que o país enfrenta. Por conseguinte, no mesmo dia, encontrei e dialoguei com alguns dos meus colegas da UNILAB que já comercializaram a castanha de caju por muitos anos, isso me cativou, ou seja, me inspirou ainda mais em pesquisar e estudar com profundidade o assunto.

Por outro lado, acreditamos que este projeto irá contribuir, na valorização dos produtos nacionais para além da castanha de caju, uma vez que o governo guineense não se preocupa em diversificar o produto agrícola no país. Por isso, a pesquisa servirá como um apoio didático para todos os estudantes que têm interesse em abordar o assunto, que é extremamente importante para economia da Guiné-Bissau. O trabalho vai ser juntar a outros materiais bibliográficos, a fim de ajudar ainda mais os futuros pesquisadores. Diante disso, dará um grande contributo, no que diz respeito a análise econômico e político, pois pode ajudar os guineenses e não só a compreenderem como os problemas políticos interferem no processo de comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau. Em suma, o estudo é necessário, visto que o “caju é o pilar da economia da Guiné-Bissau”, mas que infelizmente existem ainda pouco estudo sobre o mesmo no país.

11 METODOLOGIA

Para fins de realizar este trabalho com mais êxito pretendemos utilizar o método qualitativo para que este possa nos guiar durante todo o percurso. Segundo Gerald e Silveira (2009, p.31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Sendo assim, em primeiro momento, procuraremos fazer um estudo bibliográfico sobre o tema através dos sites da internet, entre os quais, Google acadêmico, Radio France Internacional (RFI) entre outros e, em seguida, na biblioteca da UNILAB para poder angariar mais matérias teóricos e empíricos a fim de conhecer o objeto e compreendê-lo para assim discutir a questão da comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau. Conforme Marconi (2015, p.43-44), a pesquisa bibliográfica é um levantamento de toda a bibliografia já publicado em forma de livros, revistas, publicações alusivas e imprensa escrita. Tem como finalidade colocar o

pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito sobre o determinado assunto.

A nossa pesquisa também será exploratória, pois segundo a concepção do Gil (2016, p.44) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para os estudos posteriores. Tem como objetivo proporcionar uma visão geral acerca do determinado fato”. Em suma para facilitar mais na compreensão, o presente trabalho, pretende utilizar, definições, conceitos dos diferentes autores para poder debater melhor o assunto em questão.

Contudo, depois de angariar e discutir teorias e dados a respeito do referido assunto, pretende-se realizar a pesquisa de campo na Guiné-Bissau. De acordo com o Gil:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (Gil, 2002, p.53).

A pesquisa no terreno será realizada num espaço de três meses, no qual serão selecionadas e visitadas as regiões onde mais se produz e se comercializa a castanha de caju a fim de conhecer as suas demandas e também fazer melhor o levantamento de informação. Ainda durante as visitas ao terreno serão feitas fotografias e filmagens para poder conhecer as formas como é produzida e comercializada a castanha de caju no país.

Pretende-se realizar a pesquisa de campo em 2021 num espaço de tempo de três meses como já tinha referido. No entanto, para além das regiões selecionadas (Biombo e Oio) uma pequena parte da pesquisa será realizada também na capital Bissau, concretamente no Ministério da Economia. Nesta fase ou etapa da pesquisa pretende-se a priori elaborar um roteiro de entrevistas (perguntas) para os diferentes tipos de respondentes, prevendo assim, obter algumas respostas diretas e objetivas de pessoas de várias categorias envolvidas na produção e comercialização o caju.

Para isso, pretende-se entrevistar 34 pessoas: o Ministro da Economia e da Agricultura, sete comerciantes ligados ao setor de caju, vinte produtores e cinco exportadores da castanha de caju.

Também, serão utilizadas as técnicas de entrevistas semiestruturadas, segundo os relatos do Triviños:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta forma o informante seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro de foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo de pesquisa (Triviños, 1987, p.146).

Sendo assim, para melhor compreensão no que tange a comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau, o presente trabalho terá como foco principal, isto é, no estudo de campo, os produtores e os comerciantes veteranos, pois estes já têm enormes experiências no que diz respeito ao referido assunto em questão.

12 CRONOGRAMA

ATIVIDADES/SEMESTRE	1º	2º	3º	4º	5º	6º
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	X	X	X			
COLETA DE DADOS		X	X			
TRABALHO DE CAMPO NA GUINÉ-BISSAU			X			
REDAÇÃO DO TCC					X	
REVISÃO GERAL						X
APRESENTAÇÃO DO TRABALHO						X

REFERÊNCIAS

- African Cashew Alliance. Sobre Caju. Disponível em:
<http://www.africancashewalliance.com/pt/sobre-nos>. Acessado em 19.06.19
- BENZINHO, Joana. e ROSA, Marta. **Guia Turístico: á descoberta da Guiné-Bissau**. Ediliber, coimbra, 2015.
- BETANHO, Cristiane. **Comercialização & mercados**. Uberlândia : UFU, PROEX, CIEPS, 2016.
- CESO CI - CONSULTORES INTERNACIONAIS. **Estudo do Impacto de um Acordo de Parceria Económica na Economia da Guiné-Bissau**. Relatório preliminar. Lisboa, 2006.
- DJALO, A. S. **Desenvolvimento socioeconómico e dependência da Guiné-Bissau: Caso do caju**. Dissertação em sociologia política, Florianópolis, Brasil. 2003.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). **Relatório Guiné-Bissau n.º 17/381**. Washington D.C, Dezembro de 2017.
- GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GUINÉ BISSAU. **Para além de castanha de caju: diversificação através do comércio**. Estudo do diagnóstico da integração do comércio para o melhoramento do quadro integrado e assistência técnica para assuntos do comércio internacional. Banco Mundial, 2010.
- MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto relatório, publicações e trabalhos científicos-4.ed**. São Paulo: Atlas, 1992.
- MENDES, H. J. **Segurança Alimentar e Produção de Caju na Guiné-Bissau**". Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa. 2010.
- MENDES, M.C. et al. **Introdução à Economia – 3ª ed. rev. amp.** –Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2015. Ministério da Educação. **Área profissional: comércio**. Brasília, 2000.
- NHAGA, Marcos - **A Produção E A Transformação De Caju E O Seu Impacto Ambiental: a situação atual na Guiné-Bissau**. Dissertação de mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017.
- O Caju da Guiné-Bissau**. (análise da fileira) Draft. Bissau .Março de 2004.

SAMATE, Alfa Iaia Sidico. **Análise da Cadeia Produtiva da castanha de caju com ênfase no beneficiamento e comercialização da amêndoa na Guiné-Bissau.** Dissertação de mestrado, Recife: UFRPE, 2018.

SOUZA, José Dalmo de e SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Comércio internacional.** Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

USAID / BRASIL. **Análise da indústria de castanha de caju.** Inserção de Micro e pequenas empresas no mercado internacional. Volume 1. Brasília, 2006. Disponível em <https://docplayer.com.br/7209200-Analise-da-industria-de-castanha-de-caju.html>
Voz di paz. **As Causas Profundas de Conflitos: a voz do povo.** Guiné-Bissau, 2010.

ANEXO

Figura 3 - Colheita de caju



Fonte: Google